

- **OUTRAS LETRAS**

OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: PERSPECTIVAS E IMPASSES*

Maria Lucia M. Carvalho Vasconcelos**

ORIGENS DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

NO MUNDO¹

Na Idade Média, mais precisamente nos séculos VI e VII, após o desaparecimento das instituições escolásticas laicas, começam a surgir escolas ligadas a instituições religiosas, as escolas paroquiais, as monásticas e as catedrais ou episcopais.

Nas primeiras, nas escolas paroquiais, era ministrada a educação fundamental, e as demais escolas, as monásticas e catedrais, ocupavam-se do ensino médio e superior. Com o tempo, as escolas catedrais destacaram-se em importância e foi no espaço dessas escolas que surgiram, pela primeira vez, cursos que habilitavam para a docência, na mesma diocese onde as escolas estavam inseridas, as chamadas *licentia docendi*.

Posteriormente, foi concedido às escolas catedrais, consideradas mais importantes, o direito de conceder a *licentia docendi ubique* que habilitava para a docência, sem restrição de região. Na França (Chartre e Paris) e na Itália (Bolonha e Salerno) estavam as principais escolas catedrais da época.

Foram as escolas catedrais que deram origem, sobretudo na Itália e na França, à mais importante instituição cultural da Idade Média: a Universidade. No início do período medieval, o termo *universitas* era empregado para designar toda comunidade organizada, não importando para que fim. A partir do século XII, com o aumento do número de professores e de alunos, estes formaram

* Aula inaugural proferida aos alunos do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no 1º semestre de 2000.

** Pedagoga, doutora em Administração de Recursos Humanos, coordenadora geral de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP.

¹ Cf. Abbagnano & Visalberghi, 1995, p.150-5, e Cambi, 1999, p.182-5.

comunidades com o fim de defenderem seus interesses contra a excessiva ingerência do rei ou do papa nas questões internas à escola e, assim, o termo Universidade passou a aplicar-se às escolas catedrais que, seguindo modelos diferentes, mas sempre com base em estatutos submetidos ao controle da corporação, pretendiam exercer o seu papel com o traço marcante da autonomia, garantia de independência na pesquisa e na crítica.

As mais antigas Universidades foram as de Bolonha e Paris, seguidas pelas de Pádua, de Siena e de Roma. Na Inglaterra, em 1167, foi fundada a Universidade de Cambridge e, mais tarde, um grupo dissidente de professores desta funda Oxford. Ao término do século XV, o número de Universidades européias chegava a 75, produzindo e disseminando ciência e cultura e revelando, assim, o dinamismo desse período, o da Baixa Idade Média.

Desde então, a Universidade firmou-se como o principal instituto de ensino e de pesquisa, em todo o Ocidente, mantendo-se, até hoje, como palco da vida educativa, científica e cultural, nos mais diversos locais e países.

ORIGENS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Quando o Brasil foi descoberto, já havia, portanto, um bom número de Universidades, respeitadas e consolidadas, no mundo europeu. Mas em nosso território, o ensino de um modo geral não constava como uma das preocupações de nossos colonizadores. Excetuando-se a ação dos jesuítas, mais voltada para a catequese, “nada teria havido no Brasil, nesse longo período histórico em matéria de ensino” (Souza, 1991, p.10). Os jovens da colônia que pretendessem o ensino superior deveriam seguir para Portugal, particularmente para Coimbra, para alcançarem tal objetivo.

Algumas tentativas a fim de estabelecer o ensino superior no Brasil ocorreram, embora sem maiores resultados, como em 1592, quando os jesuítas criaram a Universidade do Brasil, que seria a primeira Universidade brasileira, mas nunca foi reconhecida pela Coroa portuguesa (cf. Morhy, 1999).

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, no entanto, começam a ser criados cursos superiores na colônia, para suprir a necessidade da aristocracia colonial, cursos esses nascidos sob o

modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante e ... elitista ... A natureza pouco universitária desses estudos utilitários (engenharia militar e medicina aplicada) e profissionalizantes, feitos em faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, iria marcar fundo o sistema de ensino superior no Brasil, através dos tempos, e explicar muitas distorções que, ainda hoje, o enfermizam. (Souza, 1991, p.11-2)

Ao longo do século XIX, muitos cursos superiores são criados no Brasil, mas longe de constituírem Universidades, no sentido estrito de seu significado, eram apenas cursos isolados, marcadamente profissionalizantes. É nessa época, em 1891, que surge, em São Paulo, a Escola de Engenharia Mackenzie, iniciativa pioneira do ensino privado no país, nesse nível de ensino, e que, futuramente, em 1954, transforma-se na Universidade Mackenzie, hoje Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Somente em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro, esta sim considerada nossa Universidade pioneira. Tem, portanto, apenas 80 anos de história a Universidade brasileira. Essa Universidade reuniu, em torno de uma Reitoria e de um Conselho Universitário, os cursos superiores já existentes na cidade, a saber: Engenharia, Medicina e Direito.

Em 1934, é criada a Universidade de São Paulo – USP, sob a égide de um projeto audacioso e inovador, que pretendia integrar, efetivamente, as diversas unidades que, reunidas, constituiriam a nova Universidade. Para exercer essa função integradora, foi estruturada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que ofereceria um tronco comum, básico, a todos os cursos da nova instituição. Quer pela dispersão das escolas, espalhadas em diferentes bairros de São Paulo, quer pela forte tradição brasileira de cursos isolados e marcadamente profissionalizantes, o fato é que essa experiência de verdadeira integração entre Faculdades também na USP não se configurou, apesar de esse fato em nada diminuir a excelência acadêmica e científica desta que, ainda hoje, é considerada uma das melhores Universidades da América Latina.

Entre os anos 50 e 70, foram criadas as Universidades Federais, pelo menos uma por Estado, e, na década de 1970, o país assistiu à chamada explosão do ensino superior com um crescimento de cerca de 300 mil vagas, em 1970, para um milhão e meio de vagas, dez anos depois.

As causas mais imediatas dessa explosão “podem ser encontradas na concentração urbana da população, na exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços e na repercussão das explosões anteriores do ensino primário, na década de 40, do ensino ginásial, na de 50, e do colegial, na de 60” (Souza, 1991, p.19).

A partir daí, com a impossibilidade do governo prover as vagas na quantidade requerida pela sociedade, começa a se expandir a rede privada de ensino superior.

Não houve tempo para o planejamento racional da expansão, o que resultou na improvisação docente, na insuficiência de fiscalização pelo Poder Público, na multiplicação dos abusos por parte das entidades mantenedoras, na queda vertical da qualidade do ensino e na criação dessa imagem negativa, que hoje reveste o ensino da iniciativa privada, tido e havido como uma atividade apenas mercantilista. (ibidem, p.19)

O que não se pode deixar de registrar é que, infelizmente, essa pecha de mercantilismo e incompetência tem sido aplicada de maneira indiscriminada, colocando instituições sérias ao lado de outras, que realmente merecem essa designação.

PERSPECTIVAS E IMPASSES DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA HOJE

O Brasil, país de contrastes e de grandes diferenças sociais, ainda hoje convive com muitos dos problemas no campo social que em países desenvolvidos já foram equacionados.

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais – Inep informa que a taxa de analfabetismo caiu de 20%, em 1991, para 14,7%, em 1996 (OESP, 2000), e para 13,8%, em 1998. Entretanto, apesar da propalada queda desses índices, são ainda 15,5 milhões de brasileiros analfabetos, entre a população com idade a partir de 15 anos, sem condições de acesso à verdadeira cidadania.

O IBGE, em sua última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, acusa uma evolução quanto à matrícula no Ensino Fundamental. O percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola caiu de 11,5%, em 1993, para 5,3%, em 1998. Houve também uma sensível melhora nos índices de analfabetismo, considerando-se a faixa dos 10 aos 14 anos. No mesmo período, entre 1993 e 1998, no Nordeste, esse índice caiu de 26,7% para 16,8%; já no Sudeste, a taxa caiu para 1,6% e, no Sul, para 1,2% (OESP, 1999a).

No entanto, em nosso país, os índices de repetência e evasão escolar ainda são altos, não obstante o acesso à escola ter melhorado. Se não vejamos: o percentual de alunos com mais de 14 anos matriculados no ensino fundamental cresceu de 16,3%, em 1991, para 23,6%, em 1998, denotando um aumento da repetência nesse nível de ensino, ou seja, cerca de 8,5 milhões de jovens com mais de 14 anos ainda cursam o ensino fundamental.

Ainda um outro dado deve ser considerado. Se comparado ao aluno dos países do Mercosul, o estudante do ensino fundamental brasileiro é o de *menor* tempo médio de permanência na escola: 6 anos para o Brasil, contra os 9 anos para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai (OESP, 2000).

Os dados aqui citados, referentes ao analfabetismo e ao ensino fundamental, servem para alertar-nos a todos do compromisso que devemos assumir perante os brasileiros perversamente excluídos do sistema educacional.

E, para melhor entendermos nosso papel como professores e alunos que fazem a Universidade brasileira de hoje, alguns dados devem, ainda, ser considerados, ilustrando, comparativamente, a situação do cidadão brasileiro com educação de nível superior e a daqueles que a ela não têm acesso. Assim, vejamos.

A média brasileira de alunos matriculados no Ensino Superior é de 1% da população, correspondendo a 2,1 milhões de cidadãos matriculados nesse nível de ensino. Se compararmos esse índice com o dos países desenvolvidos, essa média sobe para 5% da população.

Se for tomada como base a população de 20 a 24 anos, o percentual aumenta para (somente) 7,6% desse contingente. E, ainda, se considerarmos alguns Estados isoladamente, teremos uma situação ainda mais grave. No Ceará, por exemplo, apenas 0,6% da população total está matriculada em Cursos Superiores (cf. Sobreira, 1999), o que significa um assustador privilégio de poucos diante de muitos.

Isso sem nos esquecermos de algumas distorções marcantes do sistema educacional brasileiro: em São Paulo, as três Universidades estaduais, com seus 80 mil alunos, consomem cerca de 10% da receita do Estado, enquanto o ensino fundamental, com seus 6 milhões de estudantes, recebe 20% desse mesmo orçamento! (OESP, 1999b)

Não podemos deixar, ainda, de mencionar uma outra distorção existente em nosso Ensino Superior. Nesse nível, a maioria das vagas das escolas públicas é

ocupada por alunos provenientes das camadas mais abastadas da sociedade, enquanto os filhos das classes menos favorecidas ficam com as vagas pagas da rede particular de ensino. Tal distorção é resultado da baixa qualidade do ensino público de nível fundamental e médio que não prepara suficientemente seus alunos para transporem, com sucesso, a barreira do concurso vestibular classificatório.

CONCLUSÃO

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sugere uma redefinição do perfil do Ensino Superior Brasileiro, diferenciando as Universidades voltadas para o ensino e para a pesquisa, dos Centros Universitários, voltados exclusivamente para o ensino. À Universidade prevalece o papel de geradora de novos conhecimentos, enquanto para os Centros Universitários a tarefa volta-se muito mais para a profissionalização de seus alunos.

A grande questão que hoje se coloca para todo o sistema educacional brasileiro é a da recuperação da qualidade. A confusão histórica levada a efeito pelas autoridades brasileiras, que, em nome de uma pretensa “democratização do ensino”, aumentaram, de forma indiscriminada, o número de vagas em todos os níveis, sem nenhuma preocupação com as condições segundo as quais o trabalho se efetivava nessas escolas, comprometeu a Educação em nosso país, onde ricos e pobres recebem formação diferenciada, aprofundando, assim, as desigualdades e aumentando a perversidade social.

As atuais ações do Ministério da Educação, voltadas para a avaliação externa de cursos, quer do ensino médio quer do superior, se não forem contaminadas pelas pressões políticas e pelos interesses de privilegiados, poderão nos dar um parâmetro, mesmo com falhas, para iniciarmos, ainda que tardiamente, um processo de busca do aprimoramento da qualidade, imprescindível ao desenvolvimento nacional.

Todos conhecemos a clássica definição do papel da Universidade, uma instituição voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão. Na prática, no entanto, o que vemos são poucas instituições voltadas para tais objetivos. Muitas outras oferecem um serviço de baixa qualidade e, infelizmente, de pouca utilidade para seus egressos.

No mundo moderno, torna-se imperativo, para a Universidade, gerar e difundir os conhecimentos por ela pesquisados, junto à comunidade que a cerca e abriga, através do estabelecimento de um canal de comunicação direta com a sociedade, canal este interativo, sintonizado com a realidade e comprometido com o ato de aproximar, dialeticamente, teoria e prática a fim de despertar, não só nos estudantes, como em toda a comunidade, uma consciência crítica, voltada para a solução dos problemas que afligem a sociedade.

O tripé que sustenta e define a Universidade, formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, tem nesta última, a extensão, o elo que instrumentaliza a Universidade para uma ação transformadora da sociedade. Os Programas de Extensão e Ação Comunitária, como os que esta Faculdade

de Letras e Educação tão bem desenvolve, o Programa da Alfabetização Solidária e o Programa de Alfabetização de Adultos são bons exemplos desse tipo de atuação.

As bases de uma sociedade mais justa e mais humana serão construídas com a participação de cada um de vocês, universitários, e de todos no conjunto; vocês que são brasileiros privilegiados, matriculados em cursos superiores e que, por conta mesmo desse privilégio, com uma sólida competência profissional e cidadã, poderão influir na constituição de uma sociedade brasileira mais democrática, com mais respeito ao próximo, maiores possibilidades de diálogo e divisão mais justa e equilibrada das oportunidades sociais.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N., VISALBERGHI, A. *Historia de la pedagogia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- MORHY, L. Universidade à frente. *Folha de S.Paulo*, 21.12.1999.
- O ESTADO DE S. PAULO. Mais educação, melhores progressos. *O Estado de S. Paulo*, 5.12.1999a.
- _____. Editorial. *O Estado de S. Paulo*, 21.12.1999b.
- _____. Nove países participam de conferência em PE. *O Estado de S. Paulo*, 31.1.2000.
- SOBREIRA, M. O acesso à Universidade. *O Povo*, Fortaleza, 17.11.1999.
- SOUZA, P. N. P. *Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991.

